

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.086 - RS (2019/0295890-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LAONE LOUCIVAL DE SOUZA FILHO
ADVOGADO : LAONE LOUCIVAL DE SOUZA FILHO - RS115730
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : FERNANDO LIMA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FERNANDO LIMA DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 157, § 2º, incisos I, II e IV, do Código Penal (e-STJ fl. 495).

Segundo a acusação, o paciente e 4 corréus, "*em conjugação de esforços e unidade de desígnios entre si e com outros indivíduos ainda não identificados, bem como restringindo a liberdade da vítima [...], subtraíram, para si e para seus comparsas, um caminhão [...], assim como a carga 20.000kg de óleo de Soja, [...], mediante grave ameaça, exercida contra a vítima [...], consistente em apontar arma de fogo (não apreendidas) contra o ofendido, com visível poder intimidante*" (e-STJ fl. 1.150).

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.207):

HABEAS CORPUS. CÓDIGO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ART. 157, § 2º, I E II. ROUBO. EMPREGO DE ARMA. CONCURSO DE AGENTES. EXISTÊNCIA DE FATO E AUTORIA.

Roubo de caminhão, em concurso de agentes, mediante emprego de arma de fogo. Trata-se de roubo de carga de óleo de soja e do próprio caminhão, um Scania, bens de alto valor, pouco importando se o réu foi a pessoa que efetivamente coagiu a vítima com a arma de fogo ou apenas baldeou à carga.

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA.

Decisão que guarda suficiente fundamentação. Presença do requisito do art. 312, CPP – garantia da ordem pública – e do inciso I do art. 313, também do CPP.

PREDICADOS PESSOAS.

Condições pessoais, mesmo que favoráveis não têm o condão de assegurar a liberdade postulada, ainda mais quando presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.

MEDIDAS CAUTELARES.

Medidas cautelares diversas à prisão não se mostram suficientes diante da natureza e das características do delito, praticado com grave ameaça à pessoa mediante emprego de arma de fogo. Nítido o periculum libertatis.

ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea (e-STJ fl. 9).

Acrescenta haver litispendência entre a ação em comento e outra em que foi constatado não ter o paciente participado do fato (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente, a soltura do paciente e, no mérito, o trancamento da ação penal em relação ao agente e a confirmação da liberdade (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, "[o] delito é grave, cometido com grave ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo, em concurso de agentes e de maneira organizada, demonstrando prévio conluio dos agentes para a prática delituosa. [...] Os agentes respondem a outros delitos da mesma natureza" (e-STJ fl. 495), circunstância que, em uma análise perfunctória e não exauriente, autoriza a decretação e manutenção da custódia preventiva.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator